



crlisboa



Triénio OA 2023-2025

Discurso de Tomada de Posse do Presidente do CRLisboa

TRIÉNIO 2023-2025

12 DE JANEIRO DE 2023

DISCURSO DE TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE DO CRLISBOA, JOÃO MASSANO

Excelentíssima Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior,

Excelentíssima Senhora Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa,

Excelentíssimos Senhores Presidentes dos Conselhos Regionais de Évora, Faro, Porto, Coimbra, Madeira,

Excelentíssimos Colegas e Convidados,

Muito obrigado a todas e a todos pela vossa presença aqui hoje.

É uma sensação estranha, três anos depois, voltar aqui ao mesmo sítio para tomar posse. Não posso dizer que as sensações são iguais. De facto, hoje há uma sensação diferente.

Tenho alegria, orgulho e entusiasmo por estar aqui. Mas, de facto, há uma sensação mista porque, ao fim, ao cabo, deixo companheiros de estrada de longos anos, mas ganho novos. Mas não posso deixar de sentir alguma tristeza por deixar de ter ao meu lado pessoas que estiveram comigo largos anos e aos quais, naturalmente, eu tributo o meu agradecimento. Muito obrigado!

Vamos à parte da alegria. Tenho muito gosto em servir a Classe e os meus Colegas e porque acredito que essa é uma das formas que eu posso ter para honrar a profissão que escolhi e que me apaixonou.

Orgulho porque, nos últimos três anos, juntamente com a equipa que já referi, conseguimos fazer muita coisa e só não fizemos ou não concluímos mais coisas porque a pandemia não nos deixou.

Entusiasmo porque, ao fim e ao cabo, estamos aqui - eu e os meus novos e velhos companheiros de jornada - o que eu enalteço. É que afinal, por muito que digam que a Ordem dos Advogados é obsoleta, que ninguém quer saber da Ordem dos Advogados, eu ainda convenci algumas pessoas a entrarem na Ordem dos Advogados e basta olhar para os Órgãos que ganharam as Eleições e que foram eleitos, quer nacionalmente, quer localmente - nomeadamente, as Delegações, que também nos honram com a sua presença aqui hoje - há mudanças, há renovação e a Ordem dos Advogados continua viva e isso é muito importante. Que ninguém se esqueça.

Quando concorremos a este mandato, **o programa era claro e estamos determinados a cumprilo e disponíveis para encabeçar todas as lutas** - algumas delas já foram aqui mencionadas - que a Advocacia vai, seguramente, enfrentar nos próximos três anos. Arriscar-me-ia a dizer que os próximos três anos vão determinar muito do que será a nossa profissão no futuro. E, para isso, naturalmente, todos seremos poucos para lutar contra o que aí vem.

As nossas prioridades são muito claras. Eu enunciaria três.

1. Servir as Advogadas e os Advogados
2. Defender a Advocacia

3. Unir a Classe

Estes objetivos a que nos propomos podem parecer demasiado genéricos, mas na verdade é neles que já vínhamos trabalhando desde que tomámos posse há três anos. Diria que estes nossos objetivos se dividem em duas partes

- Os projetos e medidas que têm um momento certo no tempo;
- E aqueles que são um trabalho que nunca está terminado.

E é de ambos que gostaria de vos falar aqui hoje.

1. SERVIR AS ADVOGADAS E OS ADVOGADOS

Apoiar o exercício da nossa nobre profissão é a nossa primeira prioridade. Esse trabalho assenta sobre dois pilares:

- Um pilar interno, ou seja, construindo uma rede de serviços e instrumentos que facilitem a integração e a gestão quotidiana das Advogadas e dos Advogados – começando logo pelos estagiários;
- E um pilar externo, procurando, negociando e criando melhores condições de acesso e funcionamento junto dos organismos e entidades com quem temos de trabalhar

No pilar interno temos vindo a acelerar a transformação digital, com a **digitalização dos serviços de apoio**, por exemplo, com a criação das plataformas da gestão documental, do sigilo profissional, da procuradoria ilícita e do apoio judiciário.

Esse é um daqueles trabalhos que **nunca está acabado** porque podemos sempre fazer mais e melhor. Para começar, quero hoje aqui destacar a Plataforma de Recrutamento, um sonho antigo interrompido pela pandemia, mas que está finalmente prestes a entrar em funcionamento:

- Com ela, os Advogados, estagiários, recrutadores ou patronos passam a ter **um ponto de encontro** que permitirá juntar oferta e procura.
- Com esta plataforma **será possível** procurar um estágio e um patrono, mas **também permitirá** que um Advogado procure uma colocação num escritório, sociedade ou como jurista ou que um estagiário encontre uma experiência em contexto de trabalho.
- Este serviço já existia em regime analógico, mas está agora completamente digitalizado, o que esperamos venha a facilitar e acelerar a resposta às necessidades de ambos os lados.

Outra medida que merece destaque é o Gabinete de Apoio e Desenvolvimento de Recém-licenciados, Estagiários e Advogados que pretendemos ter a funcionar em pleno ainda durante o primeiro trimestre de 2023.

Esta estrutura que vai funcionar com um espaço físico dedicado no Conselho Regional de Lisboa, mas que tem também atendimento remoto, destina-se a prestar esclarecimentos e informação útil, facilitará o acesso a documentos de apoio e formativos e dará apoio por exemplo aos estagiários na altura dos seus exames, entre outras funcionalidades que serão divulgadas em breve.

E por falar em estágios, quero deixar uma palavra **aos 721 potenciais futuros Colegas** que há cerca de uma semana tivemos o gosto de acolher no Conselho Regional de Lisboa para o início do curso de 2023.

Divididos em três turnos, os Colegas estagiários foram recebidos em sessões presenciais de acolhimento por forma a facilitar a sua inserção e **para conhecerem ‘as caras’** daqueles que os vão acompanhar nos próximos 18 meses de aprendizagem.

E é de aprender que quero falar a seguir. A formação, todos sabem, sempre foi a ‘menina dos meus olhos’, mas não a considero uma prioridade apenas por uma questão de gosto.

Cada vez mais a formação ao longo da vida **é e será** uma tarefa a que todos, em qualquer profissão, temos de dedicar parte do nosso tempo e força de vontade. **Na Advocacia os desafios são ainda maiores**, que mais não seja motivados pela **transição digital e pela abrangência de temas** e setores com que podemos ter de trabalhar.

É por isso que, além de manter os modelos de formação que já desenvolvemos, queremos **apostar em novas áreas e temas** e testar novos regimes de aprendizagem.

Às **hard skills** – as competências técnicas como as que apreendemos nos cursos académicos e que envolvem conhecimentos específicos e metodologias e práticas para a execução de determinadas funções – temos hoje de juntar as **soft e as power skills**.

Queremos apostar nas **soft skills**, ou seja, as competências interpessoais e sociais, tais como comunicação, liderança, inteligência emocional, gestão do tempo e produtividade. Mas também nas **power skills**, isto é, competências como as de base tecnológica e afins.

É por isso que nos próximos tempos vamos disponibilizar **formações temáticas mensais** abrangendo temas tão diversos como:

- Cibersegurança
- Tecnologias de informação e ferramentas digitais
- Psicologia e inteligência emocional
- Desenvolvimento pessoal e do talento
- Gestão positiva do stress
- Equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Ou como falar em público.

Mas queremos ir mais longe: queremos uma **formação colaborativa e descentralizada**.

Colaborativa porque queremos acabar com a aparente separação entre a formação académica – quer dizer, as universidades – e o resto da aprendizagem e da profissão. Na prática, **queremos manter abertos os canais entre a academia e os profissionais do direito**, com a celebração de protocolos de colaboração que permitam por exemplo, a troca de experiências, formação adaptada ou a inserção ativa de estudantes em contextos reais de trabalho, como estágios de verão, uma forma de aproximar a realidade da profissão da academia, designadamente, permitindo algo, que me parece que falta muito nas profissões jurídicas, que é vocação.

Há muita gente que, por falta de vocação acaba por ser mau profissional. Prevenir esses casos é obrigação quer das Faculdades, quer da Ordem dos Advogados, ou seja, contribuir para que não aconteça, proporcionando experiências profissionais antes do próprio estágio.

Sobre este desafio, **temos já em curso a concretização de parcerias com as Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e outras Universidades**, cujos detalhes serão conhecidos em breve, como para breve, já na próxima semana, **está prevista a assinatura sobre este tema de um protocolo de colaboração com a FDUL**.

Mas neste desafio da aprendizagem queremos também **uma formação descentralizada**. No Conselho Regional de Lisboa **queremos que as nossas Delegações tenham uma palavra a dizer** e contribuam com a sua experiência para a formação das Advogadas e dos Advogados.

Acreditamos que a nossa razão de existir são as pessoas, os Colegas e, por isso - como estrutura de apoio às Advogadas e aos Advogados -, devemos **ir e estar onde estão as pessoas** e, para isso, o papel das Delegações é fundamental.

Se é verdade que **já descentralizámos a formação pela via digital**, também é verdade que **há audiências e temáticas** - nomeadamente as das causas sociais que têm vindo a ser abraçadas pelo Conselho Regional de Lisboa, como o combate à violência doméstica e mais recentemente a questão dos direitos das pessoas com deficiência - **para as quais a formação presencial é a mais adequada**, porque nos permite estar mais próximos das entidades e dos Colegas nas Delegações.

Vamos por isso **aproximar a formação presencial promovida pelo Conselho dos Colegas que estão fora do centro de Lisboa**. Para isso vamos começar a **trabalhar com as nossas Delegações** para construir, em cada área, o modelo que seja mais adequado.

Esse papel mais ativo e colaborativo das Delegações e a **descentralização de competências** vai também estar mais presente noutras áreas em que o Conselho Regional de Lisboa aposta ao serviço das Advogadas e dos Advogados.

Queremos **articular mais profundamente** no que respeita a dois temas chave, de que já vimos falando ultimamente, como o combate à procuradoria ilícita e a a gestão do sistema de apoio judiciário.

No caso da **procuradoria ilícita**, acreditamos que as Delegações podem fazer mais do que canalizar as denúncias, por exemplo, podem ajudar a avaliar e a fazer a triagem dos casos e ajudar a instruir os processos.

Já na **gestão do sistema de apoio judiciário**, o conhecimento local das Delegações é um fator que tem que ser aproveitado, por exemplo, para fazer o controlo mais adequado das escalas nos tribunais e para ajudar na avaliação do funcionamento do sistema de acesso ao direito e aos tribunais, nomeadamente, verificando situações irregulares e propondo soluções para um melhor funcionamento desse sistema.

De um ponto de vista mais individual do exercício da profissão, queria ainda destacar uma concretização que já data de novembro: a criação do **Gabinete de Promoção do Bem-estar Psicológico**.

Este serviço de **promoção da saúde mental** presta acompanhamento terapêutico gratuito aos Colegas que o solicitarem e é uma medida que se insere num conjunto de iniciativas que o Conselho tem vindo a levar a cabo na sequência daquilo que foi a avaliação feita da **experiência e da pressão que muitos Colegas viveram**, sobretudo nos últimos dois anos, devido à pandemia e seus impactos, com **as queixas de burnout profissional no topo dos problemas de saúde** que foram sendo comunicados.

Por fim, acredito que outra forma de estarmos próximos dos Colegas é a **divulgação** correta e disponível daquilo que fazemos.

Num mundo em que a comunicação se generalizou e democratizou, pode ainda haver quem ache que as ferramentas de divulgação são dispensáveis porque o importante é fazer as coisas e **não** fazer publicidade desse facto. Ora, nós não acreditamos nisso. Nós acreditamos que parte do nosso sucesso na concretização das ações também advém **do exemplo** que damos ao divulgar o que fazemos.

É por isso que o Conselho Regional de Lisboa tem vindo a apostar fortemente nas **ferramentas de comunicação e em vários suportes e plataformas**:

- É importante que os Conselhos Regionais sejam reconhecidos e, para isso, o Conselho Regional de Lisboa terá em breve um novo **site que, esperamos, venha a ser mais abrangente e espelhe mais fielmente aquilo que temos vindo a fazer e que iremos fazer;**
- Fizemos uma reestruturação total da **revista institucional**, que agora entendemos ser mais prática e que passará a ter publicação mensal;
- Continuaremos a aposta **nas e-publicações e nos e-books para divulgação de determinadas temáticas;**
- Por fim, na era da comunicação digital, temos nas **redes sociais uma ferramenta de proximidade e atualidade e, no nosso podcast “Pod Esclarecer”,** ferramentas de comunicação não apenas interna, mas também com a sociedade em geral e com os poderes instituídos e os agentes do setor.

É que, afinal, servir as Advogadas e os Advogados é também olhar à nossa volta e **saber interagir e criar pontes e consensos** com os demais agentes com quem precisamos de nos relacionar. Esse trabalho tem de ser feito de duas maneiras:

- Por um lado, **dando a conhecer** à sociedade em geral quem somos, o que fazemos e por que regras e valores nos guiamos;
- E por outro, estando sempre **atentos e disponíveis** para criar as condições necessárias para um exercício correto da profissão.

Para isso temos que atuar em duas frentes:

- Por um lado, fazer uma **escuta ativa dos obstáculos e dificuldades** com que se debatem os Advogados no dia-a-dia e criar um canal de queixa ou comunicação das situações;
- Por outro e com base na informação recolhida, **iremos continuar a abordar as entidades ou serviços em causa**, comunicando as situações e esclarecendo e negociando normas de entendimento que permitam a prestação de um serviço correto de parte a parte.

Exemplo deste serviço é o canal de comunicação que criámos com o Instituto dos Registos e do Notariado, **um caso de estudo concreto** que queremos alargar a outros serviços onde há bloqueios e obstáculos ao correto exercício do mandato das Advogadas e dos Advogados.

E porque acreditamos que muitas destas situações acontecem porque **os funcionários desses serviços desconhecem os direitos dos Advogados** no exercício do mandato conferido pelo cliente, é importante **trabalhar na prevenção**, por exemplo, concretizando ações de formação específicas para estes funcionários, **dotando-os do conhecimento sobre como atuar**.

De igual forma é preciso **chegar à Sociedade Civil** e recordar o quão importante é a figura do Advogado, uma importância que se perdeu na voragem do tempo.

No discurso do Dia do Advogado em 2022, recordei com alguma nostalgia e romantismo a **figura do Advogado de Família**, esse profissional equiparado ao médico de família que era mais comum há umas décadas.

Se o Cidadão se habituar a ver o Advogado como uma pessoa de confiança, perceberão que os Advogados podem fazer a diferença nos momentos-chave da sua vida com relevância jurídica, e é por isso importante **reabilitar essa figura do Advogado de Família**, à imagem do que existe, por exemplo, com os Advogados de Empresa.

Está na hora de mostrar sem medos e sem receios o que é que os Advogados fazem e como é que podem fazer a diferença na vida das pessoas e das empresas. Temos de reabilitar a nossa imagem profissional. Temos que combater a imagem do Advogado mercenário porque é de extrema importância que as pessoas confiem em nós e isso passa por mostrar aquilo que de bom os Advogados fazem, aquilo que nós sabemos fazer, a nossa função social.

Para isso, mais uma vez, é importante a comunicação. Fizemos uma **campanha de imagem “Dignificar a Advocacia”** que pretendia sensibilizar a Opinião Pública para o papel essencial do Advogado. Pretendemos continuar a fazer esse tipo de iniciativas e alargar o seu âmbito.

Acreditamos que se a Opinião Pública reconhecer a importância do papel do Advogado e se ajudarmos a Sociedade Civil a entender os meandros da Justiça será meio caminho andado para promovermos a dignidade da Advocacia.

2. DEFENDER A ADVOCACIA

Afinal, **este trabalho de divulgação do que é a missão do Advogado** e quais as suas atribuições é hoje mais importante que nunca. Ser Advogado hoje é também, infelizmente, ter de **defender a Advocacia** de ataques constantes.

Esta é uma realidade e não um discurso de lamúria: não é uma questão de querermos que todos gostem de nós, mas de sabermos que somos profissionais honrados e que obedecemos a um código de conduta específico. Não podemos continuar a ser tomados por uma percentagem marginal de casos que contamina a Classe e devemos combater, também, esse problema.

O perfil profissional dos Advogados sofre ataques todos os dias, seja porque:

- Temos profissionais de outras áreas que se fazem passar por Advogadas ou Advogados ou que executam os nossos atos próprios sem legitimidade - e para isso, aproveito a presença da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução para apelar à União entre Advogados e Solicitadores de modo a evitar duplicação de esforços;
- Temos empresas e entidades que dizem executar tudo o que são as tarefas de um Advogado;
- Há que combater as más práticas que alguns Colegas praticam ou que não respeitam as regras de conduta e assumem comportamentos indignos por vezes de modo ostensivo;
- Por fim, é preciso dar dignidade à profissão e essa dignidade passa também pelo valor dos honorários e pela forma como valorizamos o nosso trabalho. Não podemos aceitar honorários que descredibilizem e desvalorizem a nossa profissão e a nossa Classe.

A **Procuradoria Ilícita** é um flagelo que mina a credibilidade do Estado de Direito, que prejudica os cidadãos e as empresas e que destrói a imagem de todas as Advogadas e de todos os Advogados. É uma luta que levamos muito a sério no Conselho Regional de Lisboa e é um daqueles trabalhos que nunca está acabado.

No último mandato conseguimos passar a mensagem de que é urgente denunciar estes casos e vamos continuar a mobilizar as Colegas e os Colegas e a Sociedade Civil para nos apoiarem nesta luta em que **se perdermos, perdemos todos – Advogados, empresas e cidadãos.**

Os números do que conseguimos atingir nos últimos três anos são conhecidos – **mais de 700 denúncias e mais de 500 processos instaurados** – e temos casos exemplares em que as denúncias deram até processos mediáticos, como é o caso da Fidelidade e, recentemente, de uma influencer brasileira que promovia serviços próprios de Advogado nas redes sociais.

Mas defender a Advocacia tem de ser mais do que isto: a par da luta contra a procuradoria ilícita tenho de pôr **o desafio da ascensão das sociedades multidisciplinares**.

Se é verdade que este já era um problema real, **pior é termos assistido no último ano à produção de legislação que legitima esta prática**, como é o caso da nova lei que define os estatutos das associações profissionais. No Conselho Regional de Lisboa **tentámos da melhor forma possível fazer chegar a nossa posição sobre os vários aspetos deste diploma que entendemos lesivos para a Advocacia**.

O processo ainda não está terminado. A lei foi aprovada no Parlamento, mas ainda há trabalho a fazer, designadamente **no sentido de alertar mais uma vez para os atropelos flagrantes** que esta lei fará à prática das Advogadas e dos Advogados.

Defender as Advogadas e os Advogados é também olhar para a forma como trabalhamos e perceber se ela se adequa **ao mercado de trabalho de hoje e ao mundo em que vivemos**. Falo do nosso modelo de proteção social que, como bem sabemos todos, **talvez já não seja o que esperamos dele**.

No Conselho Regional de Lisboa temos dinamizado iniciativas de esclarecimento e debate político, inclusive com os partidos com assento parlamentar no sentido de debater mais do que o futuro da nossa caixa de previdência, **a proteção social que queremos ter nesse futuro**. Este é também um trabalho que ainda perdura **e cá estaremos para apoiar a Ordem e a CPAS na busca das melhores soluções**, sobretudo em tempo útil.

Não posso deixar de falar, por fim, num assunto demasiado batido, mas nem por isso ainda corrigido: **a justa atualização da tabela de honorários das Colegas e dos Colegas inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais**. É urgente concretizar uma remuneração justa pelos serviços prestados pelos Advogados inscritos neste sistema e cá estaremos para ajudar a definir um modelo adequado.

Estas são lutas a que o Conselho Regional de Lisboa não vira as costas, até pelo número de Advogados que representamos, o que **faz com que tenhamos especiais responsabilidades que não podemos nem devemos declinar**. **Não pretendemos sobrepor-nos a outros Órgãos da Ordem**, mas sim cumprir as atribuições que nos cabem, dar resposta àqueles que em nós confiam.

3. UNIR A CLASSE

Mas apesar de cada órgão ter as suas atribuições, acreditamos que unidos teremos mais força: precisamos de falar a uma só voz.

É que, afinal, e disso fizemos bandeira, **juntos podemos mais**, e neste caso como em tantas outras coisas é urgente unir a Classe em torno de desígnios comuns. **Chega de perder tempo a lutar ou a discordar entre nós!**

O que é preciso é que nos unamos e que unidos nos batamos pelas nossas conquistas. **Temos de mostrar a nossa força e união** aos nossos adversários e contrapartes nos temas em que precisamos de negociar soluções diferentes daquelas que nos são propostas.

Fazer a diferença como Advogados também é isto: preparar os nossos argumentos e apresentar uma contestação unida e assertiva. **E nunca desistir.**

Quero terminar como comecei, com algumas palavras-chave, palavras que materializam o mandato que agora começa:

Gratidão e confiança:

- Não posso deixar de mais uma vez agradecer à equipa que comigo fez o percurso dos últimos três anos.
- Nem sempre concordámos em tudo, mas o importante é que nos momentos chave estivemos unidos.
- E quero aqui sublinhar o voto de confiança nesta nova equipa que vai liderar o Conselho Regional de Lisboa nos três anos que agora começam: **juntos podemos e faremos mais.**

Articulação e lealdade:

- Entendo que uma das obrigações de quem assume cargos de representação de uma profissão é **trabalhar de forma articulada e leal com os demais dirigentes.**
- Como já disse, **acredito que só falando a uma só voz seremos ouvidos e teremos força para demonstrar a Justiça das nossas pretensões.**
- Acredito que devemos – internamente - definir primeiro um caminho e um consenso de posições sobre os temas que nos afligem e depois **avançar com esse plano de trabalho, cada um nas suas competências. Mas a uma só voz.**

Cooperação institucional:

- Por fim, acredito na cooperação institucional e na **busca de consensos positivos, com todos os Órgãos da Ordem dos Advogados.**
- Se é verdade que há propostas que nos são apresentadas, mas que temos de refutar por incluírem atropelos básicos às regras da profissão também é verdade que, como diz o povo, **‘a falar é que a gente se entende’.**
- **Acredito que devemos fazer tudo para esclarecer, negociar e influenciar positivamente os temas que nos atingem** e procurar que o resultado seja o mais positivo possível.
- Acredito, como disse um conhecido comediante inglês, que **“ é melhor fazer alguma coisa que os outros criticam, do que não fazer nada e criticar os outros”.**

Afinal, **o nosso objetivo comum**, como Advogados, **com ou sem cargos institucionais**, deve ser só um: **defender e promover** a reputação da Advocacia e a sua dignidade!

É para isso que hoje tomamos posse e contamos com todos vós para cumprir este desígnio! Independentemente da nacionalidade ou da forma de exercício da Advocacia, **Somos todos Advogados e Juntos Podemos e Faremos Mais! Muito obrigado!**

JUNTOS FAREMOS MAIS

